

# “FOCO NA INOVAÇÃO É PRIORIDADE ABSOLUTA PARA O GOVERNO”

Pedro Estevam da Rocha Pomar

Editor da *Revista Adusp*

Flávia Teles

Estagiária de jornalismo

Daniel Garcia



*“O Brasil pode dar um salto histórico se focar em inovação”, defendeu o ministro da Ciência e Tecnologia, Aloisio Mercadante, em audiência pública realizada em maio em São Paulo e registrada na imagem ao lado. Mercadante pintou um cenário otimista, mas também apontou os gargalos estruturais existentes e as medidas tomadas para superá-los, dando ênfase à prioridade concedida à inovação, comprovada pela liberação de R\$ 2 bilhões a mais para a Finep em 2011, apesar do contingenciamento dos recursos do MCT. E avisou: não abre mão dos royalties do Pré-Sal*

“**T**ransformar ciência, tecnologia e inovação em eixo estruturante do desenvolvimento nacional”. Esse foi o mote ambicioso da exposição feita pelo ministro Aloisio Mercadante, da Ciência e Tecnologia, em audiência pública realizada, em maio, na Assembleia Legislativa de São Paulo. O *data show* de Mercadante incluiu um grande número de tabelas e gráficos relacionados àquele desafio. O ministro anunciou algumas novidades, como a transformação da Financiadora de Estudos e Pro-

jetos (Finep) em banco de fomento e a criação de fundos setoriais para o setor financeiro e para a indústria automobilística. E atacou a “pulverização dos recursos do Pré-Sal”, reivindicando para a área de ciência e tecnologia (C&T) um quinhão generoso dos *royalties* petrolíferos.

O pano de fundo do discurso do ministro, na ocasião, é o que ele chama de *bases para um novo desenvolvimentismo*, a saber: “1. consolidação da estabilidade macroeconômica”, “2. crescimento econômico com distribuição de renda e inclusão social”, “3. inserção internacional soberana e integração regional”, “4. papel do Estado” e

“5. fatores não econômicos de potencialidade”.

Mercadante sustenta que o Brasil, apesar de certas dificuldades, exibe uma situação econômico-financeira favorável (*base 1*), graças ao controle da inflação; à redução do endividamento externo, do endividamento público e do déficit público; e ao aumento das reservas (que somavam US\$ 327 bilhões em abril de 2011, em número redondo). Neste quadro, estaria ocorrendo aceleração do crescimento baseada na expansão do mercado interno de consumo de massa (*base 2*), bem como geração de empregos (mais de 11 milhões, no período 2003/2010)

e redução do desemprego.

Quanto à *base 3*, diz respeito ao novo protagonismo do Brasil nos fóruns internacionais, bem como à diversificação de mercados e parcerias. A *base 5* é constituída pelo “bônus demográfico” (população jovem) e pela “consolidação da democracia” — representando, ambos, vantagem comparativa em relação aos demais BRICs, como enfatizou Mercadante.

Deixamos para o final, propositalmente, a *base 4*. Na visão do ministro, o papel do Estado é exercido por iniciativas e medidas que reconstruam a capacidade de planejamento e coordenação estra-

***“O setor privado investe muito pouco em P&D no Brasil”, diz o ministro. “No exterior, 2/3 das patentes são de empresas. No Brasil, o setor público é que produz patentes. Precisamos criar uma cultura de patentes, não basta produzir artigos”***

tégica da União: o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC); a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP); o Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional (PACTI); e as políticas anticíclicas utilizadas para reduzir o impacto da crise mundial e aquecer a economia. É neste âmbito, porém, que cabe equacionar uma série de problemas, elencados por Mercadante apesar das tintas otimistas do cenário por ele descrito.

sociedade do conhecimento”, “transição para uma economia de baixo carbono e sustentabilidade ambiental”, além da “erradicação da miséria e aprofundamento do processo de distribuição social e regional da renda”. Entre as metas específicas, citou a necessidade de desenvolver diversos setores industriais de ponta, de modo a reduzir a dependência de importações e os enormes déficits na balança comercial.

Em 2010, segundo os dados apresentados pelo ministro, o Brasil

### Déficits Comerciais Concentrados em Cinco Setores Críticos

Na indústria de alta e média-alta intensidade tecnológica, cinco setores respondem por 80% do déficit comercial.

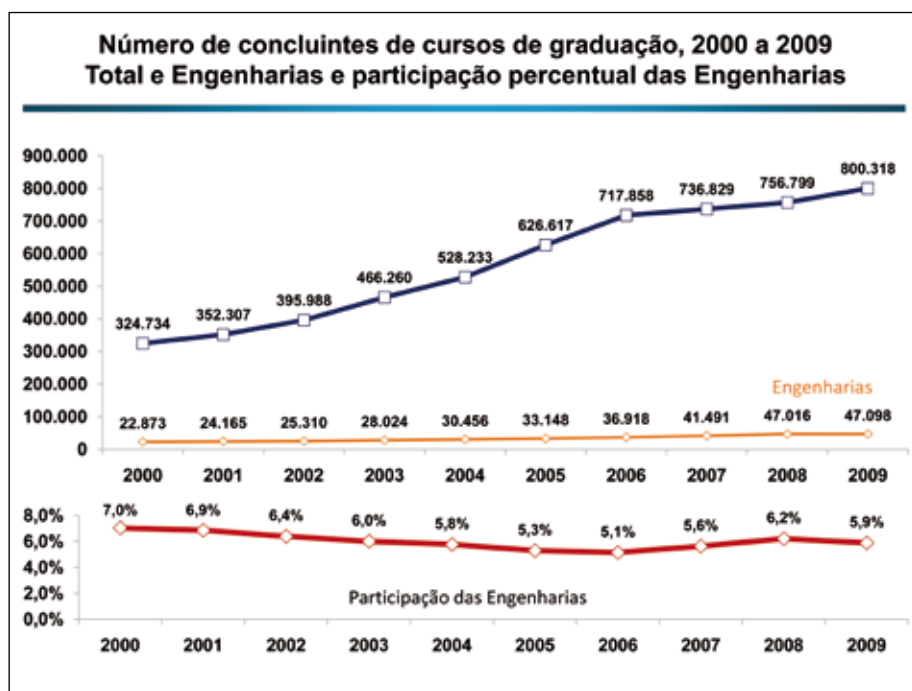
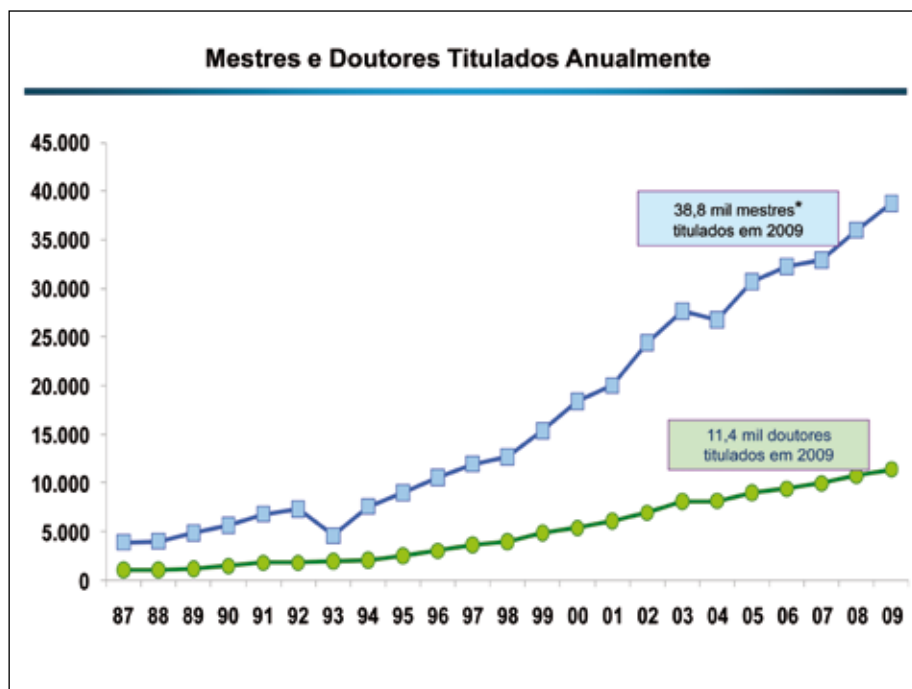
Déficits Comerciais Setoriais - Indústria de alta e média-alta intensidade tecnológica (US\$ Bilhões)				
SETORES	2002	2005	2008	2010
Farmacêutico	1,89	2,28	4,64	6,38
Equipamentos de rádio, TV e comunicação	1,45	3,88	9,79	11,39
Instrumentos médicos de ótica e precisão	1,62	2,41	5,51	5,65
Produtos químicos, excl. farmacêuticos	4,49	6,17	20,11	16,12
Máquinas e equipamentos mecânicos n. e.	2,51	0,35	8,16	12,73

Fonte: SCEX / MDIC

Entre as metas gerais a apresentou déficits de US\$ 5,65 bilhões no segmento de instrumentos médicos de ótica e precisão (US\$ 5,51 bilhões em 2008), US\$ 6,38 bilhões no de fármacos (US\$ 4,64 bilhões em 2008), US\$ 11,39 bilhões no de equipamentos de rádio, TV e comunicação (US\$ 9,79 bilhões em 2008), US\$ 12,73 bilhões com máquinas e equipamentos mecânicos (US\$ 8,16 bilhões em 2008) e US\$ 16,12 bilhões com produtos químicos (exceto fármacos; US\$ 20,11 bilhões em 2008).

Para reverter tal situação, propõe Mercadante, é preciso dar um salto em C&T e, particularmente, investir em inovação. A título de ilustração do desequilíbrio existente entre a exportação de *commodities* e a importação de produtos de alto valor agregado, o ministro comparou valores de circuitos integrados, minério de ferro e soja. Importar uma tonelada de circuitos integrados custaria US\$ 848 mil ao país; para obter a mesma quantidade, o Bra-





Fonte: MCT

sil precisaria vender 21.445 toneladas de minério de ferro a US\$ 39,58 a tonelada; ou 1.742 toneladas de soja a US\$ 487 a tonelada.

Os dados apontam uma enorme disparidade entre os investimentos anuais em pesquisa e desenvolvimento (P&D) dos países ricos e

os do Brasil. A Alemanha investe 2,82% do produto interno bruto (PIB), ou US\$ 84 bilhões; Estados Unidos, 2,79% ou US\$ 398 bilhões; Japão, 3,44% ou quase US\$ 149 bilhões. A China investe apenas 1,54% do produto interno bruto (PIB), mas isso representa US\$ 120

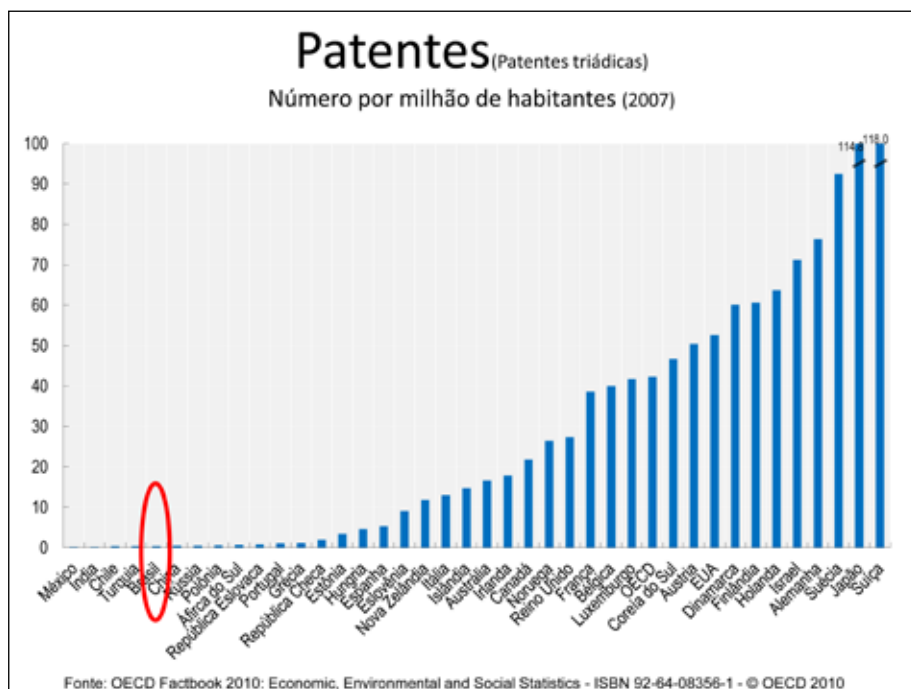
bilhões. O Brasil destina o equivalente a 1,19% do PIB ou US\$ 24 bilhões.

O nível do investimento público no Brasil, equivalente a 0,54% do PIB, é semelhante aos dos países desenvolvidos, de modo que o problema estaria em outro lugar. “O setor privado investe muito pouco em P&D no Brasil, em comparação com os outros países”, afirma Mercadante. A contribuição do setor privado corresponde a 0,57% do PIB. “Precisamos criar uma cultura de inovações no Brasil, em especial na iniciativa privada. O Brasil pode dar um salto histórico se focar em inovação”. Na mesma linha de raciocínio, propôs a constituição de uma “Embrapa da indústria, capaz de atender às demandas da indústria”; de acordo com o ministro, foi por contar com uma instituição desse tipo que “a Alemanha conseguiu resistir à China”. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (“respeitada no mundo inteiro”) e o Instituto Agrônomo de Campinas foram citados por ele como exemplos de organizações públicas que alavancaram a agricultura nacional, ao fornecer-lhe inovações fundamentais.

Outro exemplo que apontou foi o do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), de São José dos Campos, que teve como um de seus resultados a criação da Embraer (que nasceu pública e foi privatizada em 1994). “O que conseguimos vender para os chineses, em termos de alta tecnologia?”, indagou, referindo-se à recente viagem à China, em que integrou a comitiva da presidenta Dilma Roussef. “Aviões.”

Um indicador negativo citado pelo ministro é o número muito baixo de patentes: “No exterior, normalmente dois terços das patentes são de empresas. No Brasil, contudo, o setor público é que produz patentes. Precisamos criar uma cultura de [registrar] patentes, não basta produzir artigos. É preciso colocar a ciência a serviço da produção”. Ele disse haver constatado que existem 35 patentes relacionadas à planta medicinal copaíba, nenhuma delas brasileira.

Entre os gargalos estruturais a vencer, citados por Mercadante, está a formação de pessoal qualificado. Assim, além de “fazer muito



***“O ponto central não é uma decisão passageira sobre o orçamento”, alega Mercadante; “é o que vai acontecer com os royalties do Pré-Sal, porque, se for votado o projeto como está, já perderíamos neste ano R\$ 900 milhões; em nove anos, R\$ 12 bilhões”***

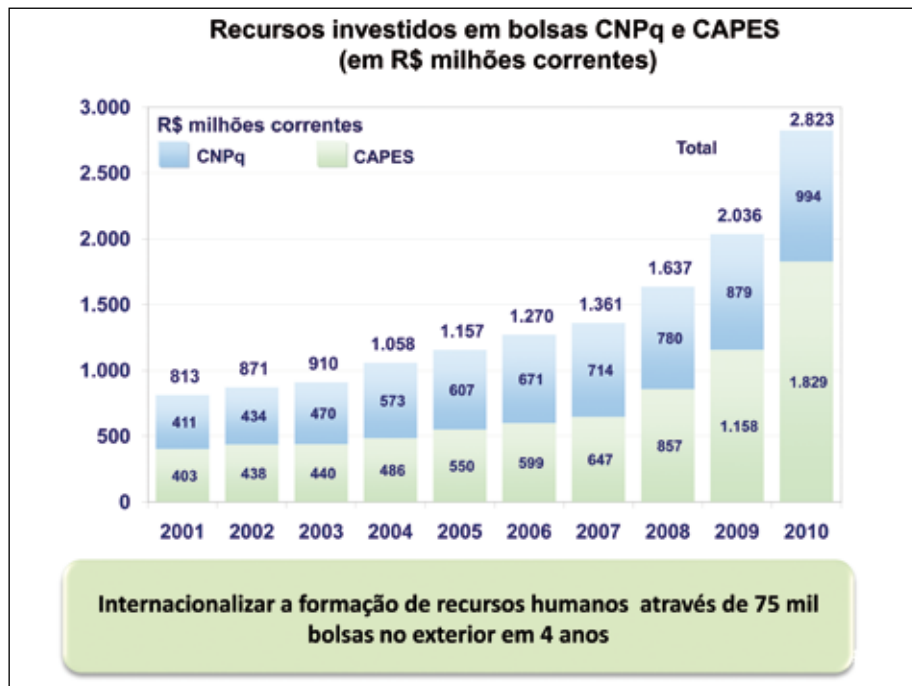
ensino profissionalizante”, há necessidade de formar mais engenheiros. Os dados do MCT informam que há somente um engenheiro, em cada grupo de 50 formandos de nível superior. “A verdade é que estamos com um déficit insustentável em engenharia. A presidenta Dilma quer enviar 75 mil jovens para estudar no exterior, nas 100 melhores universidades, principalmente em engenharias e ciências exatas”, revelou o ministro. Acordo recém-

celebrado garante o envio de mil bolsistas brasileiros à Alemanha. Ainda na área da formação, ele reconheceu que, apesar de avanços na descentralização das universidades federais — o Nordeste já conta com quase 10% dos cursos de pós-graduação; a Amazônia possui 40 cursos de doutorado —, persiste uma forte assimetria regional: “Toda a Amazônia tem menos doutores do que a USP”. Dentro da região sudeste, por exemplo, São Paulo concentra 53% da produção científica. O MCT investiu no Estado, em 2010, R\$ 1,479 bilhão.

Na delicada questão dos financiamentos do setor de C&T, Merca-

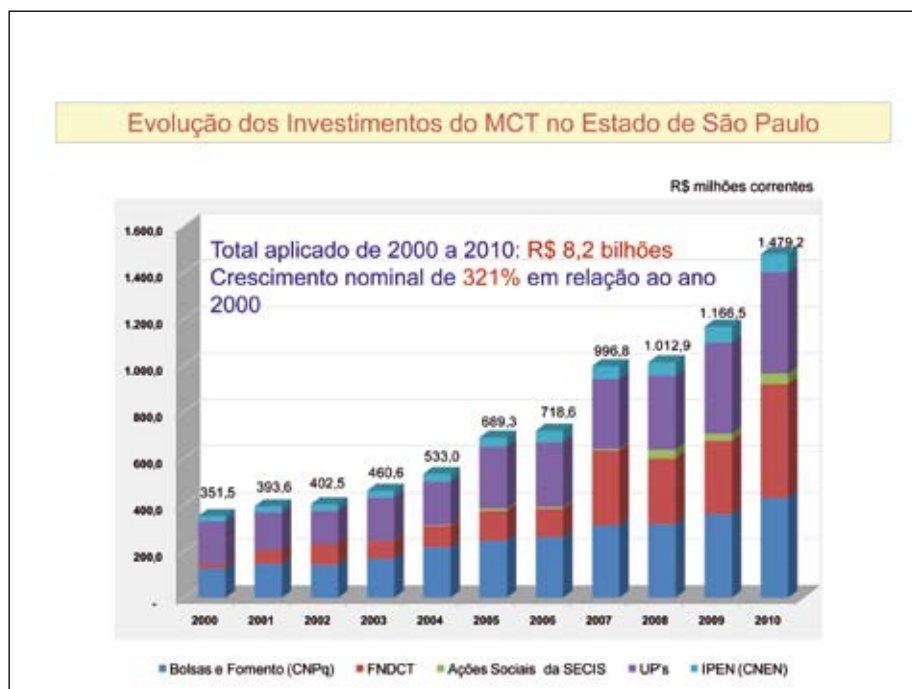
dante tangenciou o corte orçamentário sofrido pelo MCT dentro do pacote de contingenciamento de R\$ 50 bilhões, anunciado pelo governo já no início de 2011. Ao tratar do “novo padrão de financiamento do desenvolvimento tecnológico e da inovação”, que vem a ser a agenda de financiamento da pasta, ele praticamente não tocou no contingenciamento. Ao anunciar *en passant* a transformação da Finep em banco (primeiro item da nova agenda), limitou-se a afirmar: “Aumentaremos os recursos para crédito, apesar do ajuste fiscal”.

Na entrevista coletiva concedida ao final da audiência pública, contudo, o ministro foi mais explícito, ao responder ao questionamento da *Revista Adusp* sobre os cortes: “O governo está fazendo uma consolidação fiscal que o Estado tem que fazer para sairmos da crise, como todos os países: tivemos que aumentar gastos, investimentos — e



## OUTRAS METAS DO MCT

- Atração de centros de P&D
  - Ajustes na Lei de Informática e na política para esse segmento, com “salto na cadeia produtiva”
  - Política de agilização para importação de insumos e equipamentos de pesquisa (selo “CNPq Expresso”)
  - Montagem do sistema de alerta e prevenção de desastres naturais
- A apresentação do ministro na Alesp está disponível, na íntegra, na página eletrônica [http://www.ptalesp.org.br/bancada\\_ver.php?idBancada=3128](http://www.ptalesp.org.br/bancada_ver.php?idBancada=3128)



Fonte: MCT

o Brasil hoje, como mostrei, já está com um déficit público projetado em 1,9% do PIB, contra, por exemplo, um déficit americano de 9,9% do PIB. Então estamos fazendo um esforço de R\$ 50 bilhões. Nosso ministério está participando desse esforço. Então está pesado”, admitiu

Mercadante. Ele destacou, todavia, o investimento federal em P&D: “A presidenta liberou a mais para a Finep neste ano R\$ 2 bilhões, mostrando que o foco na inovação é prioridade absoluta para o governo. Além disso, acredito que vamos ter uma nova CIDE Tecnológica, ainda

neste ano, o que vai amenizar bastante o problema de orçamento de recurso não reembolsável”.

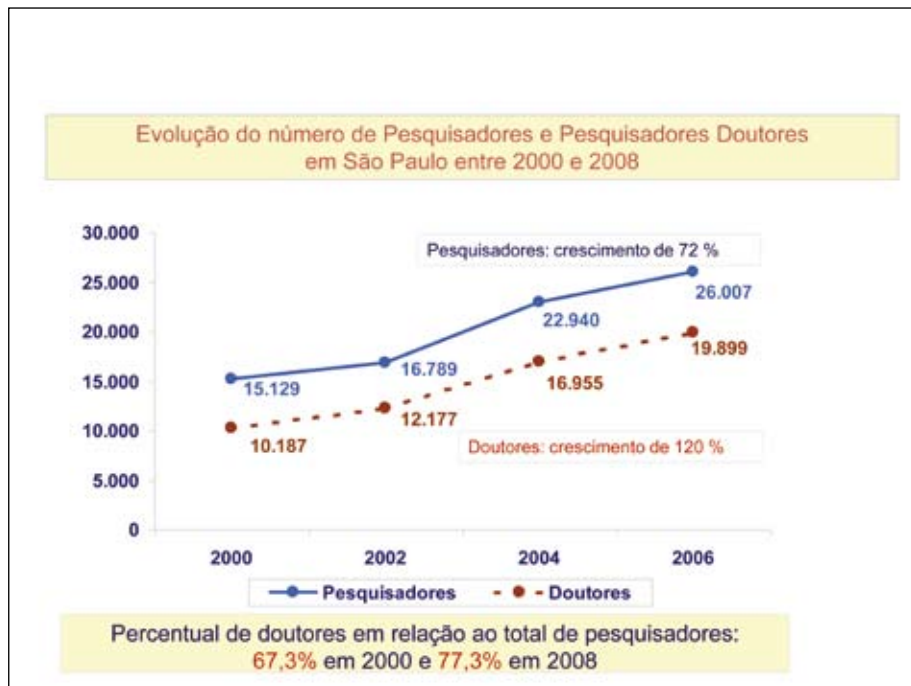
A CIDE, ou “contribuição de intervenção no domínio econômico”, é um tributo instituído pela Lei 10.168/2000, “devido pela pessoa jurídica detentora de licença de uso ou adquirente de conhecimentos tecnológicos, bem como aquela signatária de contratos que impliquem transferência de tecnologia, firmados com residentes ou domiciliados no exterior”, e sua majoração constitui um dos itens da já citada agenda de financiamento do MCT.

A política de *royalties* do Pré-Sal é peça-chave dessa agenda, e o ministro atacou a possível derubada, pelo Congresso, do veto do então presidente Luís Inácio da Silva ao dispositivo que instituía, no marco regulatório do petróleo (lei 12.351/2010), uma redistribuição

dos *royalties*, em benefício de todos os Estados e municípios — e em detrimento dos maiores produtores, Rio de Janeiro e Espírito Santo. O dispositivo vetado por Lula é uma emenda apresentada pelo deputado federal Ibsen Pinheiro ao projeto original enviado pelo governo. A lei 12.351/2010 criou o Fundo Social, que vai acumular receitas derivadas do Pré-Sal e destiná-las a sete áreas, entre elas C&T. O MCT estima que sua perda de *royalties* no período 2011-2020, caso seja aprovada a emenda Ibsen Pinheiro, será da ordem de R\$ 12 bilhões.

“Os recursos do Pré-Sal têm que ser uma poupança do país, para ser aplicada em educação, em ciência e tecnologia. Não podemos pulverizar dois terços dos *royalties*”, declarou Mercadante na audiência. Retomou o assunto ao responder sobre o orçamento curto do MCT. “O ponto central não é uma decisão passageira de governo sobre o orçamento; é o que vai acontecer com os *royalties* do Pré-Sal, porque se for votada [a reinclusão da emenda] nós já perderíamos neste ano R\$ 900 milhões. Então, o futuro da ciência e da tecnologia dependerá da responsabilidade do Congresso de como aplicar os recursos, e vou lutar muito para que a gente tenha lugar na repartição dos *royalties*”. Previa-se, em maio, que o veto de Lula fosse apreciado pelos congressistas em junho, o que não ocorreu.

A criação de quatro novos fundos setoriais é outro ponto a constatar do “novo padrão de financiamento”. Serão criados fundos para o setor financeiro, a indústria da construção civil, a indústria auto-



**Atração de Centros de P&D** Ministério da Ciência e Tecnologia

**CHINA**

**ZTE中兴**

- Geração de 2.000 empregos;
- Investimento de US\$ 200 milhões
- Local de instalação: Hortolândia-SP

**HUAWEI**

- Investimento de US\$ 300 milhões
- US\$ 50 milhões para “cloud computing”
- Local de Instalação: Campinas-SP

**FOXCONN**  
Advancing Through Innovation

- US\$ 12 bilhões em 5 anos
- Construção de fábrica para produção de *displays*

motiva e a da mineração. Curiosamente, o ministro não apresentou uma avaliação do desempenho dos fundos setoriais já existentes, cuja gestão é alvo de muitas críticas da comunidade acadêmica (vide *Revista Adusp* 39). Obviamente, a escolha de tais setores para os novos

fundos, mencionada sem qualquer fundamentação, é igualmente capaz de suscitar controvérsia: é difícil compreender, por exemplo, por que razão o capital financeiro, setor hegemônico da economia nacional, precisaria de um fundo setorial de pesquisa.